



O ADOLESCENTE E A FAMÍLIA

*Consultor: Elza Sbrissia Artigas
Marisa Atsuko Toyonaga
Vera Maria Gilberti Rocha*

“A nova visão da realidade baseia-se na consciência do estado de interrelação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais” (Fritjof Capra)

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA

A Família, como ser vivo, cresce, desenvolve-se, age, transforma-se, recebe e transmite estímulos e, no decorrer do tempo, organiza o seu ciclo de vida e desenvolvimento, garantindo a continuidade e a evolução de seus integrantes. Lewis Thomas pontua que “Há uma tendência das coisas vivas a se unirem, a estabelecerem vínculos, a viverem umas dentro das outras, a retomarem a arranjos anteriores, a coexistirem enquanto é possível. Esse é o caminho do mundo.”

No contexto das sociedades, a família representa um de seus pilares de fundamento, e da relação pai-mãe-filhos aí vivenciada deriva a sustentabilidade emocional de todo ser humano. Nesse sentido, trata-se de um elemento constitutivo do sistema¹ biopsicossocial, com cultura própria, valores, religião e história, transmitidos através das intergerações.

A organização ativa da vida e as evoluções sob os mais diversos aspectos levam os membros da família a estar continuamente avaliando seus conceitos e pontos de equilíbrio mediante os mais diversos padrões existentes no grupo. Fritjof Capra ratifica a relevância da questão do equilíbrio interno e externo ao afirmar: “Com efeito, a experiência de nos sentirmos saudáveis envolve a sensação de integridade física, psicológica e espiritual, um sentimento de equilíbrio entre os vários componentes do organismo e entre o organismo e seu meio ambiente”. (CAPRA, 1982)

Dentre as muitas maneiras de conceituação da família, a de abordagem social a define como “um sistema sociocultural aberto e em transformação”.

Esses conceitos, estabelecidos por meio da abordagem social, definem a família como um “sistema sociocultural aberto e em transformação”. Tal definição é traduzida pela certeza de que o desenvolvimento implica mudanças e estágios sob os quais emergem novos critérios para a reorganização, com o surgimento de novas alterações, caracterizando diversas transformações.

Antropologicamente, e tendo como referência a análise de Dupuis (1989), verifica-se que há seis ou mais milênios os egípcios e indo-europeus descobriram a relação entre o ato sexual e a procriação, o que inaugura a conscientização da humanidade a respeito da paternidade, uma vez que até então imperava a estruturação familiar centrada na sociedade matrilinear².

A história do processo de evolução da família e da sociedade dá a saber que o homem primitivo buscou a mulher com as finalidades de relacionar-se sexual e emocionalmente e procriar; esta o acompanhou, desde o período Paleolítico, em estilo de vida nômade. O pai ausentava-se para longos períodos de caça e retornava ao seu local de partida com o suficiente para garantir a sobrevivência familiar; à mulher competia o cuidado da prole e dos alimentos. Mesmo com a divisão de trabalho, homem e mulher compartilhavam o poder, e havia igualdade na contribuição da economia doméstica.

No período posterior, o Neolítico, surge o primeiro agrupamento tribal de cunho familiar, sob a égide do domínio masculino, originando o patriarcado; o homem deixa de ser caçador para tornar-se fazendeiro; sedentariza-se, fixa a família em um determinado espaço, acumula suprimentos e torna-se menos envolvido nas questões dos filhos e da casa, as quais se tornam de responsabilidade da mulher. Com a atribuição de poder e autoridade sobre as decisões importantes e drásticas, instaura-se a onipotência masculina³ (MARQUES, BERRUTI, FARIA, 1991).

O homem vivia com sua família, mas tinha medo que alguém se aproximasse e roubasse seus filhos, seu afeto, seu espaço e seus bens. Na sua ausência, um outro homem poderia aproximar-se de sua mulher, mostrando-se mais forte, mais interessante e melhor protetor. Naquele tempo, os riscos de perder a família eram grandes, portanto, deveriam ser eliminados.

A esse respeito, afirma Bottura Júnior (1994): “... Podemos deduzir que o abrigo e a casa foram uma conquista natural e necessária à ideia de proteção da mulher e dos filhos. O homem procurou fixar-se para estar mais perto da família e, ao mesmo tempo, controlar melhor sua paternidade.”

Assim, a sociedade foi se organizando, mediante o controle da paternidade, da família, da propriedade e da criação de meios que facilitassem esse tipo de vida. Os papéis⁵ do casal parental estabeleceram-se baseados na complementaridade⁴, cada um no seu território específico de atuação: o homem no papel econômico e social relacionado à produção, e a mulher, com a reprodução e suas contingências.

A família detém o conceito de “... unidade básica de desenvolvimento emocional...” e abriga conceitos de origem emocional, cujo desenvolvimento estabelece tipos de comportamento, os quais regulam suas atividades sociais e culturais, em que o ciclo de vida é contemplado como uma conexão intergeracional na família, na perspectiva de um fenômeno natural de vida com pelo menos três gerações que envolvem através do tempo” (PACCOLA, 1994).

Há muitos fatores envolvidos para compor o Universo Familiar, fatores esses de tal complexidade que tornam a família um sistema totalmente diferente de qualquer outro, com leis e regras de funcionamento peculiares. É um sistema, que embora se movimente, não exclui seus integrantes, o que, sem dúvida, muitas vezes, aumenta o nível de tensão interna.

Não podemos entender a família separada do contexto histórico e cultural em que se encontra. Ela precisa de sua história anterior e fará projeções no seu futuro; como se o que foi e o que virá estivessem juntos, criando a possibilidade do presente.

Pela compressão de Carter e McGoldrick, a família está sujeita a estressores verticais e horizontais que interferem na sua dinâmica. O vertical compõe-se com o padrão de funcionamento das gerações anteriores: mitos, tabus, segredos, histórias e legados familiares. O fluxo horizontal caracteriza-se pelos estressores e ansiedades oriundos da família conforme ela avança no tempo e vivencia as transições do ciclo. Esses estressores são compostos por fatores predizíveis e imprevisíveis como morte precoce, doença crônica, acidente ou outra alteração abrupta no ciclo.

Ao administrar as ansiedades, a família apresenta suas habilidades em realizar as mudanças necessárias e, ao mesmo tempo, conservar suas estruturas básicas já organizadas.

Não podem ser ignoradas as circunstâncias externas que têm o poder de modificar o contexto interno da família, como, por exemplo, a violência, a condição social, as drogas, a cultura, que fazem parte de um conjunto de dificuldades que agitam as estruturas e bases familiares.

Há uma diversidade de classificação das fases que caracterizam os movimentos da família; o ciclo descrito por Cerneny e Berthoud (1997) compreende:

- Fase de aquisição – busca de um modelo de família próprio;
- Fase adolescente – período de vivência do ciclo familiar no qual grandes dificuldades e alterações são sofridas e vividas, tanto pelo jovem quanto pelos familiares que o rodeiam;
- Fase madura – início das perdas na geração mais velha. Elaboração dos lutos e consequente perda da segurança que essa geração proporcionava;
- Fase última – aposentadoria; retorno à vida a dois. Balanço intergeracional.

No período em que o adolescente busca fundamentar sua identidade, sua personalidade, sua estrutura sociocultural, a família dá a ele o sentido de “pertencer”, de fazer parte integrante de um sistema, de um contexto, o que estabelece um ponto de contato entre a realidade que vive e os ideais que alimenta. Mas, ao mesmo tempo, ela é um elemento que pode contribuir na superação de suas ansiedades e conflitos, na manutenção destes, ou, ainda, como uma fonte geradora de tais dificuldades.

A fase adolescente envolve ainda a família, que também adolece; os pais revivem e resgatam aspectos de sua própria adolescência e os filhos vivem todas as mudanças e transformações da fase.

Há uma exigência do sistema para mudar, mas nem sempre é claro para que direção. Os pais têm uma ação externa limitada em relação aos filhos; estes não estarão tão disponíveis para aceitar os limites e as imposições e muitas vezes trarão questões que os pais não podem resolver sem uma recíproca perda de confiança.

Não há rituais que marquem o período e o definam de forma clara. Não se sabe exatamente quando começa nem quando termina essa fase.

O desempenho dos papéis de cada membro da família, em especial de pais e mães, é decisivo para estabelecer o clima emocional do grupo familiar. Esse desempenho determinará o papel dos filhos e também a capacidade de satisfação das expectativas de cada membro, uma vez que, comumente, todo processo de distribuição de gratificações na família é governado pelos pais.

Portanto, se o desempenho de papéis de pais e mães não for satisfatório, a família fica predisposta a lacunas emocionais que trarão como consequência, insegurança e carência afetiva aos integrantes. Na criança e também no adolescente, o desenvolvimento afetivo fica comprometido, uma vez que não encontra ambiente favorável que estimule a desenvolver sua personalidade e as ações sociais.

É importante mencionar que o adolescente e sua família não são elementos à parte que começam e terminam em si mesmos, mas sim são partes de um todo, que é o sistema familiar (e o sistema biopsicossocial), e para compreendê-los faz-se necessário ter uma visão global familiar.

Para um bom relacionamento nessa fase, é necessário haver flexibilidade de entendimento e ação, pois a participação do adolescente traz novas determinações aos mitos familiares mediante questionamentos de estilo de vida, conceitos, regras e imposições existentes e contra as quais ele se levanta.

Essa flexibilidade se manifesta de tal forma que os mitos existentes podem sofrer transformações e os conflitos podem gerar novas posições dentro do sistema familiar.

É importante a promoção constante do fortalecimento afetivo e o estabelecimento de uma relação autêntica e satisfatória entre os integrantes do sistema familiar.

Ao mesmo tempo em que se reconhece a identidade familiar no desenvolvimento do adolescente, faz-se necessário ressaltar que esse processo não ocorre apenas no seio familiar (pai, mãe e filhos), mas se projeta por meio de sua participação em diversos outros subsistemas familiares (avós, tios, primos) e extrafamiliares dos quais ele participa (escola, clube, amigos, vizinhos etc.)

Ao atingir a adolescência, a família encontra-se com posições e hierarquias relativamente definidas, com cada membro assumindo e desempenhando suas funções e papéis.

O crescimento dos filhos e suas conseqüências (questionamentos, contestações) revolucionam a ordem e os princípios vigentes até então, e o grupo familiar se desestabiliza, ocasionando incertezas, dúvidas, inseguranças, temores, que cada pessoa vive de acordo com seu momento existencial.

Os pais veem-se na desconfortável posição de ter que reconhecer que o tempo passou, que já não são “a geração do momento”, que o ritmo de vida é outro, que é preciso mais esforço, mais tempo, para correr atrás de tudo o que surge e não se deixar ultrapassar tão rapidamente.

As mudanças ocorridas nos filhos obrigam os pais a uma reavaliação, muitas vezes temida. Esse temor deriva da constatação de que também será preciso mudar, e isso implica suportar a incerteza das coisas não definitivas. Como refere Kalina: “Aceitar proposta de mudança do adolescente é aceitar a perspectiva de incerteza do que virá” (KALINA e LAUFER, 1986).

A família contemporânea defronta-se com uma situação altamente complexa, mesclando valores pós-modernos e tradicionais. Há uma indefinição e mutação nos papéis tradicionalmente exercidos e vividos pelo homem e pela mulher como pai e mãe.

Reverendo aspectos da família tradicional, constata-se que o pai encarnava uma autoridade altamente poderosa e incontestável. Houve tempo na História em que ele era possuidor até do direito de decisão sobre a vida e a morte dos filhos (DELUMEAU e ROCHE, 1990). A relação com a criança estava circunscrita ao processo de socialização, cuja finalidade era provê-la das relações entre a própria família e a do marido, ao lado das funções procriativas e educacionais.

Desse modo, vê-se configurada a já citada complementaridade de papéis distintos: o homem como responsável pela produção e pelo status social e a mulher, pela reprodução e relação humana.

Momento singular da história ocorre nos anos 1960-75, quando emerge uma espécie de hostilidade ao princípio da família patriarcal, evidenciada pela revolta contra a autoridade, por parte de estudantes universitários americanos e europeus, contra professores, nações, pátrias, e se origina uma outra forma de autoridade, mais adequada a um período de mudanças profundas da sociedade. Nesse momento surgem o feminismo; a modificação das normas há muito vigentes no seio das famílias; uma nova realidade das relações entre homens e mulheres; o divórcio, não mais encarado como transgressões dos bons costumes, passa a ser cada vez mais corrente e aceito; levantamentos realizados a respeito apontam que os divórcios sucedem 30% dos casamentos, levando, na maioria deles, a mulher à situação da “monoparentalidade”.

Progressivamente e paralelamente vão ocorrendo modificações nos casamentos tradicionais, que na atualidade ganham espaço como novas maneiras de “ser família”. A esse respeito, escreve Elizabeth Roudinesco “... o surgimento da noção da ‘família recomposta’, que remete a um duplo movimento de dessacralização do casamento e de humanização dos laços de parentesco”. (ROUDINESCO, 2003)

Decorrencia dessa recomposição é a modificação da dinâmica dos núcleos familiares, com a possibilidade de serem agora integrados por apenas um dos progenitores – e aqui nos referimos à chamada “família monoparental”; ou os lares onde há dois pais ou duas mães; assim como se torna cada vez mais frequente a convivência de filhos de uniões anteriores dos pais que se tornam “irmãos”, ao lado de também meio-irmãos advindos da presente composição familiar.

Na atualidade, à paternidade impõe-se a necessidade de adaptação ao estágio do contexto social de pós-modernidade, muito relacionada à transformação por que tem passado a condição feminina. Essas adaptações incluem a compreensão de que a sociedade de hoje privilegia a superioridade intelectual, valoriza a vivência comunitária e a performance tecnológica.

A complementaridade tradicional alterou-se a partir da ascensão social e econômica das mulheres: a parceria, o intercâmbio de papéis, as negociações. O casal de hoje forma-se a partir de escolhas que priorizam a afetividade, e a relação prossegue na busca pela revolução das identidades pessoais.

Já não há a questão fundamental do “dever” de fundar uma família, criar uma instituição, e sim viver da maneira mais enriquecedora possível, em nível individual e de casal. Advém desse fato que a relação torna-se mais vulnerável a rupturas, na medida em que tende a desfazer-se com relativa facilidade quando não satisfaz mais às expectativas de um dos dois ou de ambos. Surge

nova situação: a necessidade de preservar a dupla pais/filhos quando se dissolve o casal parental, para garantir questões fundamentais como o sentido de filiação, a história pessoal e a relação com cada um dos pais.

Não tem sido fácil ao homem e à mulher construir seus lugares de pai e mãe na sociedade pós-industrial, especialmente quando se percebe que a redefinição de papéis encontra-se vinculada à disposição da mulher em conceder ao homem espaço para exercer a paternidade na vida dos filhos.

ESTRUTURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

Segundo Brazelton (1988), os vínculos começam a ser desenvolvidos em período anterior à concepção, no desejo do imaginário da mulher e do homem que vão formar a família, que vão estruturar um espaço para o recebimento de um novo sujeito, e que vão demarcar o papel, o lugar e a função⁶, seus significantes⁷ e significados⁸ na relação. Essa demarcação vai delimitar a função paterna e a materna; nesse momento, se estabelece o significado da família e sua rede de parentesco. Inicialmente surgem os vínculos biológicos para, posteriormente, no processo de crescimento, se estabelecerem vínculos simbólicos, afetivos e sociais.

Segundo Melo (1991), a partir da estruturação de vínculos familiares, torna-se possível a estruturação de vínculos nos espaços amplos do grupo social, como nas comunidades e no entorno da sociedade, pois, no contato com seu grupo, os vínculos vão demarcar os lugares, os papéis e as fronteiras⁹ que contornam quem é o outro no universo das relações, dentro da interdição (ou restrição) da cultura a que o sujeito pertence.

Um adolescente já foi um bebê, e esse processo inicial marcará certamente sua identidade. Mahler (1982) estudou com profundidade o processo de separação/individuação¹⁰ e crê na interação circular como facilitador para moldar a personalidade do bebê e de sua mãe, seu parceiro adulto.

Portanto, quando se pensa no adolescente, deve-se ter em mente o que ele foi e o que poderá ser, buscando conhecer todo o processo pelo qual passou o indivíduo, para compreender melhor as expectativas acerca do que pretende ser.

Mahler (1982) postula que a fase simbiótica¹¹ e o processo de individuação/separação estão diretamente ligados às questões de identidade. Melhor que ela mesma o faz não é possível descrever o aporte, inclusive filosófico, que nos traz no âmago de sua obra, quando toca na comumente chamada angústia existencial humana "... a eterna luta do homem contra a fusão¹² e o isolamento... Pode-se julgar todo o ciclo vital como um processo mais ou menos bem sucedido

de distanciamento da mãe simbiótica e de introjeção¹³ de sua perda”. Todavia acrescente-se que isso é possível, desde que ele tenha uma segurança maternal como retaguarda.

Essa busca de independência e individuação faz com que a mãe também precise ajustar-se ao acontecimento decisivo da separação inevitável, uma vez que, com o passar dos dias, o bebê, dependente desce do colo, inicia seus primeiros passos, movimenta-se e vai adquirindo autonomia.

A participação emocional da mãe vai facilitar ao bebê o desenvolvimento de seus processos mentais, o crescimento diante da realidade e, após uma “perseguição” materna que perdura entre os quinze e os vinte meses, ele busca satisfazer e realizar suas próprias aspirações de forma independente.

A disponibilidade emocional da mãe é essencial para que o ego¹⁴ autônomo do bebê alcance capacidade ótima. Se a mãe estiver “tranquilamente disponível, com imediata oferta de libido objetal, se compartilhar das explorações aventurosas do filho”, se corresponder e o auxiliar em sua busca de imitação e identificação, ele corresponderá por meio do progresso da comunicação, não somente pela mímica, mas também verbalizando e fazendo com que seu relacionamento cresça para a busca de novas realidades.

Mahler (1982) acredita que já provou clinicamente a dependência emocional da mãe em relação ao filho, que estabelece um vínculo libidinal facilitador do desenvolvimento das potencialidades inatas da criança. As mães, apesar de viverem seus próprios conflitos inconscientes acerca do papel a desempenhar na maternidade, suas fantasias sobre o filho, seu desenvolvimento e futuro, acabam por corresponder aos “dominados e mutantes códigos do processo primário do seu bebê quando este rompe a membrana simbiótica para tornar-se um bebê individuado”.

Muitas vezes, por imaturidade emocional, alguns pais tendem a prolongar a dependência afetiva dos filhos e as tentativas de independência. Esses indivíduos chegam então à adolescência com a noção de “eu” fragmentada, fusionada muitas vezes com a mãe ou outra figura dominante importante.

O pai – cuja função resulta de um processo intencional de acolhimento emocional que um homem faz de uma criança, tendo ele sido seu gerador biológico ou não – introduz a Lei no vínculo dual, e determina sua ruptura. Perante essa interdição, mãe e filho defrontam-se com a necessidade de aceitar a impossibilidade de satisfazer a ilusão de preencher o vazio inerente à condição humana. É, portanto, o pai a pessoa diferenciada da triangulação que adquire o caráter de autoridade proibidora. De acordo com Beatriz Breteau, citada por Capra (1982), “a paternidade caracteriza-se pela separação.” O pai, em momento nenhum, está fisicamente unido ao filho, e a relação tende a ser de confrontação e amor condicional.

Lacan chama de “pai idealizado” a esta imagem de um pai autor das leis, princípio das mesmas, temido e admirado, ao qual o menino delega a onipotência de seus pensamentos, um poder ilimitado, ainda que obscuro em suas razões, protetor e castigador. (ABERASTURY e SALAS, 1984).

Em relação ao social, o papel do pai assume particular valor, pois é uma de suas funções constituir-se mediador entre o sistema de parentesco e outros sistemas mais abrangentes. Desse modo, o rompimento do vínculo dual propicia a liberação da criança para o mundo.

Dor (1991) oferece fundamentais contribuições ao afirmar que a função paterna pode ser potencialmente exercida por outra pessoa – mesmo que não idealmente – que a cumpra na qualidade de representante da realidade; isso porque a função paterna mantém a virtude simbólica estruturante mesmo na ausência do Pai real, quando algum outro incumbe-se de representar a figura de lei.

Assim, a dimensão do Pai simbólico transcende a contingência do homem real.

Sobre essa questão, considera Pontes (1998):

Na função paterna atuam também as mulheres, como as avós e as tias que ajudam mães solteiras ou separadas a cuidar das crianças. Até irmãos e irmãs acabam exercendo essa função em muitas famílias em que falta o pai – seja porque morreu, seja porque não quer ou não sabe exercê-la. E isso é comum, infelizmente. Seja quem for, essa terceira pessoa é indispensável. Pela própria natureza da relação da mãe com o filho, ela não pode ser também a personificação dos limites. Ela inicia esse processo quando nega leite ao bebê que pede sem ter fome, mas precisa de alguém que seja a imagem dessa regra afetiva.

Assim, no aspecto afetivo o adulto exerce papel fundamental na estruturação da capacidade da criança para o estabelecimento de vínculo. As experiências positivas produzem sentimentos de segurança, apego às pessoas e atitude positiva em direção à atividade correspondente.

As experiências desfavoráveis resultam em sentimentos de insegurança ou hostilidade em relação às pessoas e retraimento ou rejeição. A família é importante tanto ao nível da estruturação da vida emocional quanto no que diz respeito às relações sociais na qual ela se inscreverá. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. Conforme o indivíduo cresce e diferencia seu ser separado dentro da matriz de sua experiência familiar da infância, ele gradualmente estabelece sua identidade pessoal e social.

Para entender o grupo familiar, é importante considerá-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve. A família não é somente algo natural, biológico, mas pode ser uma instituição criada pelos homens em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades pessoais e sociais.

A família é uma instituição extremamente poderosa e diferente de qualquer outra rede relacional, por ter características e formas peculiares. Nela os novos membros são incorporados

apenas pelo nascimento, por adoção, casamento, e os membros podem ir embora somente pela morte, se é que então. Nenhum outro sistema está sujeito a essas limitações. (CARTER e GOLDRICK, 1995).

Estamos longe de acreditar hoje que há apenas uma forma, a mais correta, de ser família. Um casal homossexual, pais solteiros, filhos adotivos, todas essas são possibilidade de existência da família.

Dentro desse contexto, surge a necessidade de garantir questões fundamentais, como o sentido de filiação, a história pessoal, reprodução e a relação com cada um dos pais, mesmo que seja mediante filiação e paternidade adotiva.

A instituição familiar tem sido estabelecida em nossa cultura fundamentada nos “laços de sangue”. Quando tratamos da família com filhos adotivos, surgem, naturalmente, questionamentos sobre a conveniência ou não de incluir no grupo familiar uma pessoa “estranha” na condição de filho. Na relação parental adotiva, não existe a ligação hereditária na quase totalidade dos casos e, em nossa sociedade, ela é um pressuposto indiscutível que dita as normas de valorização e continuidade familiar.

As relações familiares, no seu aspecto emocional, não são garantidas pelas ligações sanguíneas ou pelas características que passam de pais para filhos por hereditariedade, mas sim pelos vínculos afetivos que se estabelecem.

Ao analisarmos determinados aspectos da maternidade-paternidade como, por exemplo, pais que geram filhos e não os amam ou pais que, por qualquer circunstância, têm dificuldade de amá-los, percebemos a complexidade da relação de amor e descobrimos que amar sem conviver torna-se extremamente difícil. O amor pede uma relação de presença e aconchego. A convivência familiar é, de fato, um componente fundamental para o estabelecimento da relação de afeto; é no dia a dia que se percebe que a maternidade-paternidade transcende a área restrita da procriação biológica, porque

“...ser pai ou mãe não significa, a nível emocional e psicológico, conceber, gerar e dar à luz uma criança, mas sim um desejo e uma capacidade de se envolver afetivamente, em imensa profundidade com o outro ser humano que representaria a continuidade de seus pais. A paternidade é essencialmente afetiva e pode ou não se estabelecer na paternidade biológica ou na adoção”. (BERTHOUD, 1997)

O filho adotivo surge como um agente de realização e de prazer, mesmo quando sua trajetória é tumultuada e difícil. A decisão de adoção precisa ser alicerçada em uma segura consciência parental.

Faz parte das expectativas das pessoas a identificação nos filhos de alguma característica sua, como a comprovação de que estão cumprindo um rito de continuidade, o que lhes dá uma

sensação de estar realizando sua missão e seu desejo de perpetuação. Nesse caso, a semelhança dos filhos com os pais produz nestes uma sensação de normalidade, por estarem desempenhando sua inquestionável função reprodutiva.

A observação de Dolto (1985) nos orienta: “A exigência inconsciente do filho adotivo, de ser ainda mais carnalmente e mais visivelmente filho deles do que teria sido dos pais de nascimento, encontra correspondência nos pais adotivos, que depositam todas as suas esperanças nessa criança, destinada a perenizar-lhes o nome e a fazer frutificar o amor e os esforços que fazem por ela”.

Quando buscamos compreender a verdadeira filiação, colocamos a consanguinidade em segundo plano, uma vez que o espiritual e o afetivo é que comandam a relação familiar. Sobre esse aspecto, Frankl (1978) oferece uma ideia para ser pensada: “Pode-se, afinal, afirmar com razão: o filho é bem ‘carne da carne’ de seus pais, mas não ‘espírito de seu espírito’. Ele é sempre e somente um filho ‘físico’, e isto na mais verdadeira acepção do termo: no sentido fisiológico. Pelo contrário, no sentido metafísico, cada filho é propriamente filho adotivo; adotamo-lo no mundo, dentro do ser”. Essa visão do homem como “filho” acentua a compreensão de que o componente fisiológico não sobressai ao aspecto metafísico (espiritual). A adoção suplanta o fato biológico para concretizar a condição de filho. Dentro da diversidade, as famílias podem encontrar a unidade, criando, assim, um ambiente em que cada um de seus membros, com a sua história, escreve a história do grupo.

Filhos que não receberam de seus pais biológicos ou adotivos boa qualidade de amor tendem a apresentar, na adolescência, problemas, tais como: confusão quanto à identidade sexual; falta de amor-próprio; repressão à agressividade e, em consequência, a necessidade de afirmação; ambição e curiosidade exploratória; bloqueios relativos à sexualidade; problemas de aprendizagem; dificuldade em assumir valores morais e responsabilidades, e em desenvolver senso do dever e de obrigações perante os outros. A ausência de limites acarreta dificuldade em exercer autoridade e em respeitá-la. Pode colaborar para maior suscetibilidade a problemas psicológicos, e mesmo à drogadição, delinquência, sendo todos esses sintomas envolvidos por grande revolta contra a sociedade patriarcal, como reflexo do ressentimento pelo pai faltoso.

Segundo Schettini (1998), a efetivação da adoção é o resultado de um processo intencional de acolhimento emocional que os pais ou pai e (ou) mãe proporcionam ao adotado. Trata-se, portanto, de uma adoção, que tem duplo sentido, uma vez que o filho também adota seus pais. Esse vínculo que une o adotante ao adotado é tão real como o que une o pai ao filho de sangue, e os efeitos que do primeiro emergem são tão reais como os que decorrem do segundo, apenas o que une as partes não é biológico, mas psicológico-social.

A decisão de adotar é fundamentalmente uma decisão de ter um filho, é um processo que abrange a pessoa na sua subjetividade, isto é, fundamenta-se nos conteúdos racionais e emocionais, o que nem sempre acontece com as pessoas que geram seus próprios filhos.

Adotar é engendrar o filho dentro de si. Ele não está longe, distante, nem com outra pessoa. Está dentro de quem o quer, a inexistência dos laços genéticos não invalida as ligações parentais. (SCHETTINI, 1998)

Portanto, o crescimento e o desenvolvimento do filho dependem da boa organização do grupo familiar, seja ele biológico ou substituto. Entendemos que para a formação emocional satisfatória do indivíduo são necessários, no início, proteção e aconchego; e em fases posteriores, autonomia e independência.

VIVÊNCIA DA ADOLESCÊNCIA DOS FILHOS

A adolescência dos filhos é vivenciada pelos pais com lutos, medos, conflitos, num processo pautado por ambivalências e resistências.

Se o adolescente percorre um penoso caminho rumo ao desprendimento dos pais, também esses têm que se desprender do filho-criança e evoluir para uma relação com o filho adulto, o que impõe renúncias de parte a parte.

Ao perder para sempre o filho-criança, veem-se diante da imperiosa necessidade de aceitar o devenir, o envelhecer, a finitude.

Mas a travessia maior, sem dúvida, é aceitar a passagem do tempo. Os filhos crescidos, em luta por sua autonomia, são quase sempre a lembrança de nossa finitude. A consciência, muitas vezes, do tempo perdido. A constatação de que imaginávamos, também estamos sujeitos ao ciclo da vida: nascer, crescer, reproduzir e morrer. (KALINA e LAUFER, 1986)

Têm que abandonar a imagem de si mesmos que seu filho criou – para a qual colaboraram – e na qual se instalam.

Já não podem funcionar como líderes ou ídolos; ao contrário, impõe-se-lhes aceitar uma nova relação, permeada de ambivalências e críticas.

As capacidades e conquistas emergentes do filho obrigam os pais a enfrentar suas próprias capacidades e avaliar seus sucessos e fracassos. Nessa “prestação de contas”, o filho acaba por assumir o lugar de testemunha implacável do realizado e do frustrado.

As mudanças corporais do adolescente, que sinalizam sua capacidade procriativa, produzem situação conflituosa nos pais. Podem coincidir no mesmo momento familiar marcos da história pessoal de seus membros: a menarca e a menopausa, o auge e o declínio da virilidade.

Tentando negar a realidade do tempo, os pais podem tornar-se bastante repressores;

...é como se, conseguindo controlar os filhos, conter suas ideias, impedir suas expectativas, deter e modificar suas necessidades, estivesse contendo o próprio movimento da vida (KALINA E LAUFER, 1986).

Ainda segundo Kalina, a direção que toma o sentimento gerado pelo crescimento dos filhos vai indicar em que medida este se tornará produtivo ou não para a vivência dos pais. Entendo e nomeando esse sentimento como inveja, poderá ser pernicioso se pretender paralisar e (ou) destruir as possibilidades de ser e agir; e será positiva se impulsionar para tentativas de reformular a maneira de ser, mediante alternativas novas para suprimento de necessidade desse momento especial de vida.

Na prática do relacionamento pais-filhos, a vivência inadequada da inveja conduzirá à repressão, à desvalorização do que for feito pelos filhos, estimulando e reforçando nelas dependência e incapacidade. Ao contrário, lidando de maneira saudável com esse sentimento, os pais podem ter a oportunidade de incorporar em sua própria vivência características presentes na de seus filhos adolescentes, como, por exemplo, a coragem renovada para lutar por seus direitos e ideais, reformular metas, recriar suas verdades, desafiar a vida.

Há, no entanto, aqueles que reagem à juventude dos filhos de maneira derrotista, geralmente quando não conseguem atingir a perspectiva necessária para “acompanhar” o processo; é como se assumissem para si os lutos e perdas inerentes ao despertar da vida adulta.

O fato torna-se observável quando os adolescentes “descobrem” seus pais como falíveis, incompletos, imperfeitos; a desidealização das figuras parentais é acompanhada pela respectiva recíproca, pois os pais passam pela sensação de que, de certa maneira, também estão perdendo seus filhos.

Ao movimento de afastamento progressivo do adolescente rumo a seus próprios caminhos corresponde a necessidade dos pais de redefinirem seus papéis, funções e projetos; o adolescer dos filhos oferece ao casal a oportunidade de retomar a vida a dois, com o enfrentamento e aproveitamento das perdas e dos ganhos pessoais acumulados.

A fase final da adolescência marca a reorganização da estrutura familiar, pela flexibilização de preceitos, tais como autoridade e poder decisório, que até então regeram sua dinâmica.

CONCLUSÃO

A família muda e se adapta de acordo com os movimentos históricos, convivendo com alterações de valores, de padrões éticos, econômicos, políticos e ideológicos, cuja finalidade é

acompanhar as transformações da sociedade. A importância da família, segundo Melo (1991), está em valorar a construção da identidade, destacando os aspectos históricos e culturais, criando espaço para afirmar a autoridade dos pais no contexto de possibilitar a introdução da disciplina e ou limites no processo da educação nos diferentes espaços privados e públicos.

A família contemporânea apresenta tendência a horizontalizar suas relações, com participação igualitária dos cônjuges nas questões da criação e educação dos filhos, no provimento financeiro, nas decisões consensadas, e mesmo nas trocas de valores e ideais entre pais e filhos, a exemplo do que ocorre a respeito da conscientização e vivência de práticas de sustentabilidade, quando filhos alertam para a importância da preservação do meio ambiente para a geração atual e as futuras.

Aqui se observa movimento que diferencia a atualidade das gerações anteriores, pois como consequência da tecnologia, do progresso dos meios de comunicação e da facilidade de acesso entre os membros da família, inaugura-se uma nova realidade, que envolve a troca de informações, já que agora há muitas coisas da pós-modernidade, tão corriqueiras aos filhos, que eles podem “ensinar” aos pais, e não só, como sempre, serem os que recebem ensinamentos.

Constata-se que apesar de todas as inovações e revoluções, a família permanece reivindicada como “o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada, desejada por homens, mulheres, crianças, de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições.” (ROUDINESCO, 2003)

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda e SALAS, Eduardo J. **A Paternidade: Um Enfoque Psicanalítico**, 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BOTTURA JÚNIOR, Wilner. **A Paternidade faz a diferença**, 2.ed. São Paulo: Gente, 1994.

BOWEM, Murray. **De la familia al individuo**. La diferenciación del sí mismo em el sistema familiar. Barcelona: Paidós, 1991.

BRAZELTON, T. Berry. **O Desenvolvimento do apego: uma família em formação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARTER, Betty; McGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. *et al.* **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

DELUMEAU, Jean e ROCHE, Daniel. **Histoire dos pères et de la paternité**. Paris: Larousse, 1990.



- DOLTO, Françoise. **Como orientar seu filho**, v.1; tradução de Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- DOR, Joël. **O Pai e Sua Função Em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- DUPUIS, Jacques. **Em Nome Do Pai – Uma Historia Da Paternidade**, s/e, São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ERIKSON, E. H. **Infância e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FRANKL, Viktor E. **Fundamentos Antropológicos da Psicoterapia**, trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- KALINA, Eduardo e LAUFER, Halina. **Aos Pais de Adolescentes**. Rio de Janeiro: Cobra Norato, 1974.
- MAHLER, Margaret. **O processo de separação – individuação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MARQUES, Ademar, BERRUTI, Flávio e FARIA Ricardo. **Os caminhos do Homem**. Belo Horizonte: Lê, 1991.
- MELO, Zélia Maria. **Violência y Família: Supervivencia em la casa y en la calle** (Tese de doutorado em Psicologia) Universidad de Deusto, Bilbao: 1991
- PACCOLA, Marilene Krom. **Leitura e diferenciação do mito**. São Paulo: Summus, 1994.
- PONTES, David. De pai para mãe, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 de maio de 1998.
- ROUDINESCO, Elizabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003
- SCHETTINI FILHO, Luiz. **Compreendendo os Pais adotivos**. Recife: Edições Bagaço, 1998.

DEFINIÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Sistema – Segundo Ludwig Von Bertalanffy, é um complexo de elementos em interação; segundo Hall e Fagen, é um conjunto de objetos e de relações entre os objetos e seus atributos.
- 2 Matrilínea – Em que a sucessão se faz por linha materna. Comunidade matrilinear.
- 3 Onipotência Masculina – Poder absoluto e infinito. Autoridade ou soberania absoluta.
- 4 Complementaridade – Termo criado pelo físico N. Bohr e adaptado por N. Ackerman. O termo complementaridade faz referência aos padrões específicos das relações e dos papéis dos membros da família, que permitem a expressão dos afetos, dos cuidados e da lealdade, da incompletude e das diferenças às quais é confrontado cada membro da família.
- 5 Papel – É a parte que se espera que cada indivíduo desempenhe numa situação social. Isto tem sido estudado particularmente em grupos em que é possível distribuir um papel a cada membro: líder, mediador, palhaço, membro fiel, etc. Qualquer indivíduo pode desempenhar diferentes papéis, e pode, por isso, experimentar conflito de papéis, quando dois grupos entram em contato. Por exemplo: adolescentes que encontram sua família quando estão em companhia de sua turma.

- 6 Função – Ação própria ou natural de um órgão, aparelho ou máquina; cargo, serviço, ofício; o conjunto de direitos, obrigações e atribuições duma pessoa em sua atividade profissional específica.
- 7 Significantes – Representação psíquica do som e imagem.
- 8 Significados – Representação psíquica de um conceito.
- 9 Fronteira – É um limite de território físico, psíquico ou material.
- 10 Individuação – Processo de se tornar um indivíduo único, diferenciado de sua família de origem.
- 11 Simbiose – Significa vida em comum com os outros. Em Psicanálise é usado para descrever a condição psicológica em que ocorre uma associação entre duas mentes, podendo ou não haver benefícios. Trata-se de uma peculiaridade das relações interpessoais, que é a necessidade que cada um tem do outro e as diferentes gratificações que um proporciona ao outro e dele obtém. Relacionamento mutuamente reforçado entre duas pessoas dependentes uma da outra. Uma característica normal do relacionamento entre uma figura maternal e um bebê.
- 12 Fusão – União, aliança, mistura, liga. Estado de interdependência psicológica, entre duas pessoas e com importantes implicações no processo de separação individuação.
- 13 Introjeção – Mecanismo psicológico pelo qual um indivíduo, inconscientemente, incorpora e passa a considerar como seus objetos características alheias e valores de outrem (termo psicanalítico).
- 14 Ego – Princípio da realidade. Segundo a Psicanálise, no processo de satisfação do libido (pulsão do ID), o organismo biológico se confronta com o Real, neste momento constitui-se o Ego. O Princípio da Realidade começa a se formar quando o bebê passa a se reconhecer como sujeito (fase do espelho) e não mais como uma extensão do corpo da mãe, passando à controlar corretamente e decidindo quais instintos podem ser satisfeitos (controle das esfíncteres, repertório social, por exemplo) e de que forma. O ID (forma mais primitiva, instintos e pulsões) se orienta pelo princípio do prazer/desprazer, o Ego pelo real.